

Boletim Econômico

SINMETAL

Vol. 112 07/2008



O Setor Público acumulou um **SUPERÁVIT PRIMÁRIO** de R\$ 75 bilhões até maio de 2008. Este resultado se deu, principalmente, em função do governo centralⁱ, que vem aumentando constantemente sua arrecadação devido à expansão da renda e da produção no país.

Mais conhecida como resultado fiscal do governo, a NFSP - Necessidade de Financiamento do Setor Público – é uma das ferramentas utilizadas para avaliar o desempenho da administração pública em determinado período de tempo. Nela são calculados o resultado primário e o resultado nominal. O resultado primário representa a diferença entre as receitas primárias dos governos Federal, Estaduais e Municipais (impostos, contribuições e taxas, exceto receitas de aplicações financeiras) e as despesas orçamentárias (exceto encargos da dívida, juros e despesas com amortizações). Ele se faz importante porque indica se os gastos governamentais são compatíveis com a sua arrecadação. Se ele é negativo, é denominado déficit primário, que significa que os governos não conseguem cobrir suas despesas, e, sendo positivo, é denominado superávit primário, que ocorre quando sobram recursos após o pagamento desses dispêndios.

Quando se inclui as receitas e encargos financeiros com a dívida pública, o resultado passa a se chamar nominal, e ele mede o quanto de recursos o setor público teve que captar junto ao sistema financeiro para cobrir seu orçamento, ou seja, quanto de dívida ele teve que incorrer para cobrir suas despesas com dívidas. É justamente para reduzir esse montante que se faz necessário a persistente busca pelo superávit primário. Um resultado positivo ajuda a diminuir o montante de débito, impedindo seu crescimento e sinaliza ao mercado a suficiência de recursos para seu pagamento no futuro.

Segundo os dados divulgados esta semana pelo Banco Central do Brasil, o superávit primário do mês de maio de 2008 foi de R\$ 13,2 bilhões, sendo R\$ 4,9 bilhões advindos do governo central, R\$ 3,7 bilhões dos governos estaduais e municipais e R\$ 3,7 bilhões das empresas estatais. Em relação a abril, que totalizou R\$ 18,7 bilhões, esse número representa uma queda de 29%. Destaque-se, no entanto, que a arrecadação dos quatro primeiros meses do ano é historicamente superior, devido ao pagamento de impostos anuais nesse período.

Nesse sentido é importante olhar para o acumulado do ano para encontrar melhores indicadores. Com isso, em 2008, o acumulado totaliza R\$ 75 bilhões, o que, se comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$ 60 bilhões) sinaliza crescimento de 25%. Não apenas isso, R\$ 75 bilhões representam 6,55% do PIB brasileiro, enquanto os R\$ 60 bilhões de 2007 significavam 5,89%, mostrando novamente números superiores. Enquanto de janeiro a maio deste ano o governo central acumulou superávit de R\$ 53,6 bilhões, os

governos regionais totalizaram R\$ 16,1 bilhões e as empresas estatais, R\$ 5,2 bilhões. Em 2007, estes números eram de, respectivamente, R\$ 38,6 bilhões, R\$ 16,2 bilhões e R\$ 5,1 bilhões, o que demonstra que o aumento do superávit se deu em função do governo central que aumentou sua economia em R\$ 14 bilhões ou 38%.

Existem duas formas de se aumentar o superávit primário, ou o setor público corta gastos ou aumenta-se a arrecadação. Como os gastos públicos não têm sido reduzidos, essa alta se deu, principalmente, pelos constantes recordes de arrecadação do governo federal, que totalizam até maio R\$ 214 bilhões, significando expansão de 15,2% em relação ao mesmo período de 2007. Destaque-se que este resultado foi alcançado não pela ampliação de tarifas e impostos, mas sim pelo avanço da renda e da produção do país.

Resultados Primários do Setor Público

Discriminação	Acumulado Janeiro a Maio		Var (%) 2007/2008
	2007 ¹	2008 ¹	
Total	R\$ 60,03	R\$ 74,95	24,9
Central	R\$ 38,64	R\$ 53,61	38,7
Regional	R\$ 16,24	R\$ 16,12	-0,7
Empresas Estatais	R\$ 5,14	R\$ 5,22	1,5

¹Valores em Bilhões.

O esforço do governo em economizar um percentual do PIB com o objetivo de pagamento da dívida pública é tema de controversas. Enquanto alguns apontam para o sacrifício de programas sociais, educação e saúde em prol de uma dívida que não será paga, outros insistem para o fato de que o superávit primário é um dos indicadores de que o governo está mantendo um controle fiscal mínimo, de grande relevância para o mercado.

Não se pode negar, no entanto, que desde que a meta de superávit foi adotada em 2003, a dívida líquida de setor público reduziu de 52,33% do PIB em dezembro de 2003 para 40,81% em maio de 2008. Salienta-se que grande parte dessa redução deu-se em função da reestruturação da dívida pública brasileira, com mudança de papéis e alongamento de prazos bem como da constante valorização do câmbio e das reduções da taxa Selic. Mesmo que o esforço fiscal não deva ser ignorado enquanto iniciativa de controle de gastos, aponta-se para o perigo deste controle ser feito em termos quantitativos e não qualitativos, ou seja, em busca por um valor monetário e não por uma maior eficiência e produtividade do setor público.[†]

ⁱ Que inclui Governo Federal, Banco Central do Brasil e Inss.

[†] Fonte: BACEN, Ipeadata e Ministério do Planejamento.